

CARTILHA PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MIRANDÓPOLIS



ATUALIZADA ATÉ DEZEMBRO DE 2024.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	03 a 06
2. Benefícios	07
3. Regras para Aposentadorias	08 a 11
4. Pensão por Morte	11 a 12
5. Conceitos, Documentos e Orientações	13 a 15
6. Considerações Finais.....	16

Base Legal:

- Constituição Federal;
- Emendas Constitucionais 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019;
- Lei Federal 9.717/1998;
- Lei Federal 10.887/2004;
- Lei Complementar Municipal 54/2008.

APRESENTAÇÃO

A preocupação com fatores incapacitantes para o trabalho, como doença e velhice, é inerente ao trabalhador, quer seja ele celetista (aquele que trabalha para a iniciativa privada), quer seja ele estatutário (servidor público). Na tentativa de reduzir os efeitos dessas adversidades é que o Estado (poder público em geral) assumiu a responsabilidade de criar um sistema de seguridade social.

O Sistema de Seguridade Social brasileiro, em âmbito nacional, engloba saúde, previdência e assistência social. Sendo que **a Previdência Social consiste num seguro social adquirido por meio de uma contribuição mensal que garante ao segurado uma renda no momento em que ele não puder trabalhar**, subdividindo-se em Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

O Regime Geral abrange os trabalhadores celetistas, os quais contribuem para o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), estando submetidos às normas emanadas do poder público federal. Já os Regimes Próprios, compreendem um sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.

É nessa perspectiva que surgiu o Instituto de Previdência Municipal de Mirandópolis – IPEN. O IPEN é o órgão gestor do regime próprio no âmbito do município de Mirandópolis, sendo ele o responsável por custear os encargos de aposentadorias e pensões dos servidores segurados (e seus dependentes) da Prefeitura, suas Autarquias e Fundações e Câmara Municipal.

A expectativa dos segurados de qualquer regime previdenciário é que quando ele precisar possa se valer dos benefícios disponíveis, quer seja aposentadoria ou pensão, para manutenção de sua tranquilidade e segurança. Para que isso se concretize, é importante que o regime previdenciário seja viável. Para tanto, as Instituições Previdenciárias têm por obrigação incentivar o controle e a fiscalização, a fim de que as práticas nas administrações públicas sejam pautadas pela legalidade, moralidade e ética. Sendo a participação ativa

dos segurados (servidores) imprescindível para garantir o bom uso dos recursos destinados à previdência.

Pensando nisso e com a finalidade de promover a educação previdenciária dos seus segurados, orientá-los e promover cada vez mais a transparência no Serviço Público, é que essa cartilha foi desenvolvida, destinando-se especialmente aos servidores públicos municipais ativos e inativos de Mirandópolis.

“Conhecer os seus direitos é o primeiro passo para poder exercê-los”.

“O QUE É “REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL”?

- O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS - compreende um sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo (União, Estados e Municípios), que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no art. 40 da Constituição Federal.
- No Município de Mirandópolis, a unidade gestora do RPPS é o IPEN – Instituto de Previdência do Município de Mirandópolis, criado como Fundo de Aposentadoria e Pensão, pela Lei 1.795, de 20/11/92, transformado em Instituto de Previdência Municipal pela Lei 2.037, de 23/12/97 e atualmente regulado pela Lei Complementar Municipal 54/2008.
- O IPEN exerce um papel fundamental na manutenção da estabilidade social dos servidores públicos. Ele é o seguro do servidor e seus dependentes diretos, garantindo a reposição da renda para o seu sustento e de sua família nos casos de idade avançada, invalidez e morte.

QUAL É O OBJETIVO DO IPEN?

- Administrar o regime de previdência social dos servidores públicos municipais efetivos da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e da Câmara Municipal de Mirandópolis, com base em normas gerais de contabilidade, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, bem como gerir os recursos previdenciários;
- Gerir os recursos provenientes dos repasses originários dos descontos em folha de

pagamento referente à parte patronal e do servidor;

- Acompanhar, avaliar a legislação previdenciária e promover o cumprimento dos deveres e direitos dos segurados.

É OBRIGATÓRIO CONTRIBUIR COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES?

- Sim, é obrigatória a contribuição de acordo com a Constituição Federal (art. 40 e o Parágrafo Primeiro do art. 149). Lei Federal nº 10.887/04 e Lei Complementar Municipal nº 54 /2008, pois a previdência social tem caráter contributivo.

ENTÃO OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SERIAM COMO O INSS?

- Sim, entretanto por ser um Regime Próprio de Previdência possui legislação específica, com isso adequando-se a sua realidade aos princípios básicos da Legislação Federal.

EXISTE A POSSIBILIDADE DE MÁ ADMINISTRAÇÃO OU FALÊNCIA DO SISTEMA?

- Não, se alguns princípios básicos forem respeitados, tais como:

- Observância dos Princípios que regem os atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição Federal, qual seja: o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

- Equilíbrio atuarial: a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo;

- Equilíbrio financeiro: a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;

- Ampla fiscalização: inicialmente com pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam

objeto de discussão e deliberação;

- Por fim, também é de se destacar que caso haja eventual extinção do IPEN, o servidor não deve se preocupar, pois por força do art. 10 da Lei Federal nº 9717/98, o Município assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do Regime Próprio de Previdência Social.

O QUE É CÁLCULO ATUARIAL?

- O Estudo do Cálculo Atuarial (também conhecido como avaliação atuarial) é o cálculo que o IPEN realiza para descobrir o quanto deverá gastar com os encargos previdenciários de seus servidores.

- O cálculo atuarial se aplica aos dois regimes de Previdência Social existentes. No caso dos RPPS ele toma por base a análise dos dados dos servidores efetivos/concursados, além dos inativos e pensionistas. A partir da análise dessas informações, seguindo as regras estabelecidas pela Lei 9.717/98 e as normas técnicas/legais é que se saberá a quantidade de recursos será necessário para manter o sistema previdenciário equilibrado, garantindo o pagamento de benefícios e encargos.

- O cálculo atuarial é realizado por um profissional que se chama ATUÁRIO, este profissional, com base no cadastro do segurado, irá pesquisar e avaliar diversas variáveis de risco, tais como:

- Valor dos benefícios atuais e dos que serão concedidos no futuro;
- Idades dos segurados e dependentes;
- Índice médio de evolução salarial;
- Tábua de sobrevivência (expectativa de vida) e outros;

- A partir do cálculo saberemos a condição de equilíbrio atual do regime previdenciário e suas necessidades futuras.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS A QUE TEMOS DIREITO?

- De acordo com a legislação vigente e pertinente, os benefícios previdenciários são:

BENEFÍCIOS QUANTO AO SEGURADO:

- Aposentadoria por invalidez;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- Aposentadoria compulsória;

QUANTO AO DEPENDENTE:

- Pensão por morte;

CONHEÇA AS NOVAS REGRAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

REGRAS PERMANENTES:

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE

Tem direito a aposentadoria por invalidez, o segurado que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz de exercer seu cargo e de ser reabilitado para o exercício de outra função, sendo essa aposentadoria concedida o segurado ser periciado pelo Médico Perito indicado pelo órgão gestor previdenciário que declarar a incapacidade e enquanto o servidor permanecer nessa condição.

- Aos segurados que ingressaram no serviço público após 31/12/2003 (por determinação da EC 41/2003), os proventos serão calculados pela média aritmética das 80% maiores remunerações de contribuição desde julho de 1994, cujo resultado será proporcionalizado ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipótese em que os proventos terão a integralidade da média, não havendo paridade de reajuste com o servidor ativo.
- Aos segurados que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, os proventos serão calculados, com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria sem a necessidade do cálculo da média, cujo valor será proporcionalizado ao tempo de contribuição, exceto se a invalidez for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipótese em que os proventos terão a integralidade, também sem a necessidade do cálculo pela média, havendo ainda, paridade de reajuste com o servidor ativo.

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

Para essa modalidade de aposentadoria, o segurado será aposentado compulsoriamente (independentemente de sua vontade), por ato administrativo, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com cálculo pela média aritmética e sem paridade com o servidor ativo.

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Aposentadoria voluntária com proventos pela média, sem paridade

HOMEM	MULHER
60 anos de idade.	55 anos de idade.
35 anos de contribuição.	30 anos de contribuição.
10 anos de serviço público.	10 anos de serviço público.
05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.	05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
Cálculo: média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.	Cálculo: média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.

Os requisitos de idade e tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos para professores com atividade exercida exclusivamente nas funções de magistério dentro do ambiente escolar.

APOSENTADORIA POR IDADE

Aposentadoria voluntária com proventos proporcionais e sem paridade

HOMEM	MULHER
65 anos de idade.	60 anos de idade.
10 anos de serviço público.	10 anos de serviço público.
05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.	05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
Cálculo: Proventos proporcionais pela média aritmética ao tempo de contribuição.	Cálculo: Proventos proporcionais pela média aritmética ao tempo de contribuição

REGRAS DE TRANSIÇÃO - I

Aplicável ao servidor que ingressou regularmente em cargo efetivo até 16/12/1998. Artigo 2º da EC nº 41/2003.

Aposentadoria Voluntária com proventos pela média e sem paridade

HOMEM	MULHER
53 anos de idade.	48 anos de idade.
35 anos de contribuição.	30 anos de contribuição.
05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.	05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
Acréscimo de 20% do tempo que faltava em 16/12/1998, para atingir os 35 anos de contribuição.	Acréscimo de 20% do tempo que faltava em 16/12/1998, para atingir os 30 anos de contribuição.
Cálculo: aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho de 1994. Aplica-se a redução de 3,5% (até 31 de dezembro de 2005) e 5% (após janeiro de 2006) sobre cada ano antecipado em relação à idade de 60 anos.	Cálculo: aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho de 1994. Aplica-se a redução de 3,5% (até 31 de dezembro de 2005) e 5% (após janeiro de 2006) sobre cada ano antecipado em relação à idade de 60 anos.

REGRAS DE TRANSIÇÃO - II

Aplicável ao servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003. Artigo 6º da EC nº 41/2003.

Aposentadoria voluntária com proventos integrais e com paridade

HOMEM	MULHER
60 anos de idade.	55 anos de idade.
35 anos de contribuição.	30 anos de contribuição.
20 anos de serviço público.	20 anos de serviço público.
10 anos de carreira.	10 anos de carreira.
05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.	05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
Cálculo: aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)	Cálculo: aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)

Os Professores terão cinco anos de diminuição da idade e cinco anos no tempo de contribuição, desde que comprovem tempo de exclusivo exercício das funções em sala de aula.

REGRAS DE TRANSIÇÃO - III

Aplicável ao servidor que tenha ingressado no serviço público até 16/12/1998 – Art. 3º da EC nº 47/2005.

Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais e com paridade

HOMEM	MULHER
60 anos de idade.	55 anos de idade.
35 anos de contribuição.	30 anos de contribuição.
25 anos de serviço público.	25 anos de serviço público.
15 anos de carreira.	15 anos de carreira.
05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.	05 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
Redução de 1 ano na idade limite para cada ano de contribuição que supere 35.	Redução de 1 ano na idade limite para cada ano de contribuição que supere 30.

PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte é paga de forma rateada em partes iguais, ao conjunto de dependentes do segurado falecido.

1 – VITALÍCIA

- a) Cônjuge ou companheiro(a);
- b) Os pais, comprovada a dependência econômica com o servidor.

2 – TEMPORÁRIA

a) Filhos não emancipados até 18 anos, se homem, até 21 anos de idade, se mulher, e se inválido, enquanto durar a invalidez;

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REQUERIMENTO DE PENSÃO:

1. Certidão de óbito (autenticada no ato do requerimento);
2. Certidão de casamento ATUALIZADA;
3. No caso de Companheiro (a): no mínimo 03 (três) documentos que comprovem a existência da união estável;
4. No caso de filho menor de 21 anos: Certidão de nascimento ATUALIZADA (exceto até 14 anos);
5. Comprovante de residência;
6. RG e CPF do (a) requerente;

ALGUNS CONCEITOS

DA GRATIFICAÇÃO NATALINA:

- A gratificação natalina previdenciária, também conhecida como 13º, será devida àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pagos pelo IPEM;
- A gratificação será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pela IPEM, em que cada mês decorrido, ou fração de dias superior a quinze, corresponderá a 1/12 (um doze avos), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro.

ABONO DE PERMANÊNCIA:

O Servidor que tinha completado as exigências para aposentadoria voluntária, segundo as regras do art. 40, §1º, III, “a” da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e dos arts. 2º, §5º e 3º, §1º, ambos também da EC nº 41/2003, mas fez opção por permanecer na ativa, tem direito a um abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, a partir do requerimento.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

É todo período trabalhado em que tenha havido contribuição previdenciária, tanto pode ser para o INSS (Regime Geral de Previdência Social), como para o IPEM (Instituto de Previdência Municipal de Mirandópolis) ou para qualquer outro Regime de Previdência Pública.

PROVENTOS PELA MÉDIA:

A regra geral para calcular aposentadoria de servidor investido no serviço Público a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, inclusive para as aposentadorias por invalidez, compulsória e por idade de servidor investido a qualquer época, é a aplicação de uma média ___

aritmética das 80% maiores remunerações utilizadas como base para contribuições previdenciárias, isso referente a todo período contributivo desde o mês de julho/1994, ou desde do início do vínculo, caso a investidura seja posterior a julho/1994.

Essa regra é opcional para o servidor investido no serviço público antes da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 e que preencha os requisitos para aposentadoria voluntária, previstas nas regras de transição, ou por invalidez, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012.

PEDINDO A APOSENTADORIA

Para solicitar a aposentadoria, você precisa verificar junto ao IPem, se está enquadrado em uma das regras de aposentadoria, e juntar a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, caso exista, e a contagem de tempo no serviço público, referente ao tempo que será utilizado para a aposentadoria, anexando também cópia dos seguintes documentos RG, CPF, e Certidão de Casamento ou Nascimento, conforme o caso.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO DE DEPENDENTES NA PREVIDÊNCIA:

Filhos menores de 14 anos: Certidão de nascimento;

Filhos maiores de 14 anos: Certidão de nascimento ATUALIZADA (expedida até 06 meses)

Filho inválido: Documento comprobatório (LAUDO MÉDICO) da invalidez e de que não pode exercer atividade para prover sua subsistência;

Filho interditado: Termo de Curatela;

Menor (Tutelado ou Enteadado): Termo de tutela ou declaração (do próprio servidor requerente) para o enteado;

Cônjuge: Certidão de casamento ATUALIZADA;

Companheiro (a): No mínimo 03 (três) documentos que comprovem a existência da união estável.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PROVA DE UNIÃO ESTÁVEL:

1. Certidão de nascimento de filho havido em comum;
2. Certidão de casamento religioso;
3. Declaração de imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
4. Disposições testamentárias;
5. Anotações constantes na Carteira Profissional e/ou na Carteira de Trabalho, feita pelo órgão competente;
6. Declaração especial feita pelo tabelião;
7. Prova de mesmo domicílio;
8. Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
9. Procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
10. Conta bancária em conjunto;
11. Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;
12. Apólice de seguro da qual conte o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;
13. Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;
14. Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente;
15. Declaração de inexistência de rendimento de qualquer natureza, percebidos pelo enteado;
16. Declaração de não emancipação do dependente menor de 18 anos; ou
17. Quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

RECADASTRAMENTO (“PROVA DE VIDA”)

Todos os segurados inativos - aposentados e pensionistas - devem efetuar, obrigatoriamente, o recadastramento familiar, anualmente, no mês do seu aniversário na sede do IPem. Os segurados ativos também devem fazê-lo sempre que solicitado pelo IPem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como viver inclui riscos, as incertezas sobre o amanhã estão sempre a atormentar os trabalhadores. Ninguém em sã consciência deseja ver a família passar por necessidade, sem um mínimo de conforto material. Medo de acidentes ou doenças que levem à morte ou à invalidez. Tudo isso torna o cotidiano do trabalhador ainda mais angustiante. O dever dos Regimes de Previdência é o de resguardar o presente e preparar o futuro dos segurados, mantendo o segurado com capacidade de consumo ao longo da vida, mesmo que ocorram problemas que o impeçam de trabalhar. O Regime Próprio de Previdência Social é uma das maiores conquistas do funcionalismo público, pois este regime pertence aos servidores. Portanto, participe, pois ele é seu também, defenda-o e fiscalize-o. Servidores, manter o seu CADASTRO atualizado junto ao seu regime é imprescindível e uma obrigação atribuída a você, ou seja, deve-se comunicar o Regime de Previdência, neste caso o IPEN, sempre que ocorrer modificações relativas à situação de seus dependentes, bem como a existência de novos, sob pena de responsabilidade civil e criminal. Deve-se comunicar a autarquia quaisquer mudanças que implique na inclusão ou exclusão de dependentes, como por exemplo: nascimento, casamento, separação, concubinato, falecimento, mudança de endereço etc.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS
IPEM
CNPJ– 02.365.145/0001-11
PRAÇA MANOEL ALVES DE ATAÍDE, 160 – CENTRO, MIRANDÓPOLIS/SP

Instituto de Previdência do Municipal de Mirandópolis - IPEM:

Sede: Praça Manoel Alves de Ataíde, nº 160 – Centro, Mirandópolis/SP

Telefone: (18) 3701-1555

Horário do expediente: de segunda a sexta-feira, período da manhã das 08:00h às 11:00h e período da tarde das 13h às 16h.